

DINHEIRO PARA SÃO PAULO

Com o pacote, o Estado pode obter imediatamente Cz\$ 21,9 bilhões no Banco do Brasil.

Pagando correção monetária equivalente a variação das Letras do Banco Central (LBC), mais juros de 12% ao ano, o Estado de São Paulo poderá obter imediatamente, do Banco do Brasil um empréstimo de Cz\$ 21,9 bilhões, a título de antecipação de receita, correspondente a 25% da arrecadação do imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), no ano passado, que foi de Cz\$ 87,6 bilhões.

Além disso, o Estado de São Paulo poderá iniciar já na próxima semana, em comissão do Ministério da Fazenda, os entendimentos para consolidar sua dívida interna de Cz\$ 28,7 bilhões (saldo em 31 de dezembro do ano passado), dos quais Cz\$ 18,0 bilhões correspondem ao endividamento em títulos estaduais — Obrigações do Tesouro Paulista (OTP) — e Cz\$ 10,7 bilhões e dívida

contraída junto ao sistema financeiro.

A comissão, integrada por representantes da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, e Secretaria de Articulação com os Estados e Municípios, do Ministério do Planejamento, começará o mais cedo possível, a discutir a consolidação da dívida dos Estados, no montante de Cz\$ 150,8 bilhões (endividamento interno) e US\$ 4,8 bilhões (endividamento externo).

Em relação ao endividamento interno, a alternativa em exame sugere uma absorção da dívida contraída em títulos estaduais, no montante de Cz\$ 53,2 bilhões — sempre dados de 31 de dezembro de 1986 — pelo Tesouro federal, que trocaria as obrigações dos Tesouros estaduais pelas OTN (Obrigações do Tesouro Nacional), operação que resultaria no resgate dos títulos estaduais

pelos respectivos tomadores nas datas contratuais.

Restaria a dívida contratual, no montante de Cz\$ 97,6 bilhões, a qual teria um tratamento diversificado, examinando-se caso a caso, em função da natureza do contrato e da situação do prestador. Quando este for uma instituição financeira oficial — como o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste, o Banco da Amazônia e a Caixa Econômica Federal, que absorveu também os créditos do extinto Banco Nacional da Habitação — o refinanciamento poderá ser feito pelo governo federal sem maiores problemas, ficando com os Estados a responsabilidade de resolver o problema do endividamento com o sistema financeiro privado.

No tocante ao endividamento externo, a proposta apresentada à Executiva do PMDB

pelo senador Mauro Benevides sugere que os US\$ 4,8 bilhões sejam também absorvidos pelo Tesouro federal, que refinanciaria essa dívida, em cruzados, no prazo de 20 anos, cobrando encargos correspondentes à metade da correção monetária das OTN e juros de 8% ao ano.

Os Estados, no entanto, estão reivindicando, em caráter imediato, a rolagem integral do principal e dos juros dessa dívida, sem o compromisso do depósito, no Banco Central, do seu contravalor em cruzados. Os compromissos dos Estados, este ano, com o endividamento externo somam US\$ 1,0 bilhão, dos quais US\$ 585,0 milhões correspondem às amortizações e US\$ 415,0 milhões aos juros. Estes tiveram seus pagamentos suspensos desde o dia 20 de fevereiro, porém ao contrário das empresas priva-

das e governamentais, os Estados não estão recolhendo ao Banco Central o contravalor dos débitos vencidos em cruzados.

A dívida externa do Estado de São Paulo, registrada em 31 de dezembro do ano passado, era de US\$ 546,0 milhões, porém os compromissos relativos ao corrente exercício somam apenas US\$ 154,4 milhões, dos quais US\$ 102,4 milhões se referem à amortização do principal e US\$ 52,0 milhões aos juros.

Há, da parte do governo federal, o compromisso da rolagem integral do montante correspondente à amortização, mas ainda se discute como administrar o pagamento dos juros. A solução deverá sair no âmbito das discussões que o governo paulista manter com a comissão criada para examinar, caso a caso, a situação dos Estados.

O regulamento do pacote

Já está regulamentado o pacote que o ministro da Fazenda, Dilsen Funaro, baixou quarta-feira. Das três resoluções do Banco Central que ontem definiram as providências a adotar, uma estabelece que os lucros bancários ficarão limitados a uma faixa entre 4% e 5% nos empréstimos para capital de giro das empresas. Outra determina que se crie uma linha de crédito (de capital de giro) para micros, pequenas e médias empresas. E a última define a forma de repasse de recursos (empréstimos de emergência) aos Estados, municípios e suas autarquias.

Na Resolução nº 1.307, o Banco Central determinou que o diferencial máximo entre as taxas de captação de recursos pelos bancos e as de aplicação — empréstimos ao tomador final, para efeito de desconto de duplicatas e promissórias, pelas empresas — fique em 4% para todo o conglomerado de banco comercial e Caixa Econômica Federal. O diferencial (também chamado de *spread*) para os bancos pequenos e médios é de 5%.

Na mesma Resolução, o BC proíbe todo tipo de reciprocidade eventualmente adotada pelos bancos, tal como retenção de parte do valor do empréstimo, exigência de compra de ações, aplicação em títulos emitidos pelo banco ou por empresas ligadas com remuneração inferior à taxa do empréstimo, bem como a obrigatoriedade de o cliente fazer seguros de qualquer tipo.

Capital de Giro

Na Resolução nº 1.308, o Banco Central ficou autorizado a repassar recursos até o valor de 10% sobre o que os bancos têm de recolher sobre os seus depósitos à vista para os empréstimos de capital de giro às micros, pequenas e médias empresas comerciais, industriais e de prestação de serviços. O prazo dos financiamentos é de 36 meses a juros de 5% mais correção monetária pela LBC. Por sua vez, o BC oferece dinheiro ao setor bancário, para sustentar esses empréstimos, apenas com correção monetária. A margem de ganho do banqueiro é, portanto, de 5% — sobre a qual recaem as despesas operacionais.

Somente terão acesso ao empréstimo as empresas que em 1986 tenham apurado uma receita bruta não superior a Cz\$ 35 milhões. Cada empréstimo não pode ultrapassar 3.125 OTNs (Obrigações do Tesouro Nacional), que ao preço de abril somam Cz\$ 649,9 mil. O prazo é de 36 meses com juros de 0,5% ao mês mais correção monetária, que serão capitalizados nos primeiros 180 dias. Durante esse período, o empresário deverá amortizar 7% do valor do principal. O saldo devedor restante será liquidado em 30 prestações mensais iguais e sucessivas, corrigidas monetariamente, mais juros de 0,5%.

Estados e municípios

Pela Resolução nº 1.309, o Banco Central ficou autorizado a repassar recursos aos bancos comerciais, de investimentos e de desenvolvimento para que estes empretem dinheiro para Estados e municípios e suas respectivas autarquias. O BC dá dinheiro ao sistema a custo de correção monetária mais 8% e os bancos fazem os empréstimos com correção monetária mais juros de 12% (obtido um *spread* de 4%). Estes empréstimos são isentos de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras).

Os Estados e municípios que tomarem o dinheiro deverão pagá-lo com um atraso máximo de 30 dias após o encerramento do exercício fiscal. Caberá à Secretaria do Tesouro Nacional dar a palavra final sobre se o empréstimo pode ser concedido ou não.

Nenhum apoio dos bancos

Entre banqueiros e pessoas ligadas às finanças, nenhum apoio surgiu ontem ao tabelamento da taxa de intermediação bancária determinado na véspera pelo governo federal. Para o presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos, Antônio de Pádua Rocha Diniz, o *spread* "é o menor componente das taxas de juros" e será "contribuição muito pequena nesse sentido". Para o deputado e banqueiro Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ), o "controle de *spread* pode gerar distorções porque as empresas mais endividadas podem ficar sem oferta de crédito".

Já o ex-presidente do Banco Central, Carlos Brandão, disse que o tabelamento talvez até cause desemprego de bancários, e que a grande causa dos juros altos ainda é a inflação. Sobre as medidas globais que o governo anunciou para a área econômica, o presidente da Associação dos Acionistas Minoritários das Estatais (Amest), Orlando Jacir do Amaral, advertiu: a isenção de correção monetária, até junho, para os empréstimos de custeio agrícola, causará prejuízos em torno de Cz\$ 16 milhões ao Banco do Brasil.

Dizendo que "a redução das taxas de juros é um fenômeno desejado por todos os setores da economia, principalmente o sistema bancário", Rocha Diniz ressaltou, em nota oficial, que "o principal componente das taxas de juros reais é a cunha fiscal do governo, e a principal causa dos juros nominais, como todos unanimemente reconhecem, é a inflação (...). Não havia o menor clamor contra as taxas de juros nos primeiros meses após o Plano Cruzado, quando a inflação baixou substancialmente".

Em Brasília, César Coelho advertiu que controlar o *spread* pode contribuir para distorções, mas elogiou o programa de refinanciamento agrícola, "porque havia uma situação de insolvência no setor, com a elevação dos juros".

No Rio, Carlos Brandão explicou: "De nada adianta limitar os ganhos dos bancos se a inflação medida pela rentabilidade das Letras do Banco Central (LBCs) continua elevada".

Por sua vez, o presidente da União dos Acionistas Minoritários do Banco do Brasil (Unamib), Cyro Vercosa, entende que a política do governo federal (o maior acionista do BB) está causando sérios prejuízos ao banco que, na sua opinião, é levado a cobrir sucessivos rombos.

Medidas agradam Estados

As medidas anunciadas pelo governo federal foram bem recebidas pelos Estados, mas consideradas apenas como paliativo aos seus atuais problemas de fluxo de caixa. Vão permitir que se respire um pouco melhor, afirmou o governador do Paraná, Alvaro Dias, para quem a única e real solução para o endividamento dos Estados, é a reforma tributária. Esta é também a opinião do secretário da Fazenda da Bahia, Sérgio Gaudenzi. Já o prefeito de Salvador, Mário Kertesz, mesmo aplaudindo as medidas, admitiu que não devem eliminar a crise financeira dos municípios. Mais otimista, o secretário da Fazenda de Pernambuco, Flávio Lyra, acredita que o novo pacote vai permitir a rolagem de 100% da dívida externa estadual.

Quanto à eficácia das medidas na redução das taxas de juros, ao menos um governador, Newton Cardoso, de Minas Gerais, foi taxativo: "dão flexibilidade e maior autonomia ao Banco Central para reduzir as altas taxas de juros, geradoras de inflação". Cardoso, aliás, considerou o conjunto uma "dose cavalari", embora necessária. Mesmo assim, afirmou em entrevista à imprensa que havia sugerido ao presidente da República a adoção de medidas ainda mais fortes, com o mesmo objetivo, mas que Sarney teria recelo de que em resposta a decisões mais drásticas houvesse evasão de recursos para o mercado paralelo. Sobre a dívida do Estado, o governador assinalou que a sua simples rolagem, ao preço atual do dinheiro, "não resolveria praticamente nada", daí a importância da redução dos juros, completamente.

A julgar pela recente exposição do governador Newton Cardoso ao presidente José Sarney, as medidas anunciadas pelo ministro Dilsen Funaro não impedirão que o Tesouro mineiro quebre a curto prazo. Conforme o governador, para não chegar a total insolvência em dois ou três meses, o Estado precisa ter imediatamente autorizado o equacionamento do refinanciamento do serviço de sua dívida a vencer deste mês até dezembro do próximo ano, esticando o prazo de pagamento para não menos de sete anos, com 30 meses de carência.

Pelo perfil atual de sua dívida, Minas terá de pagar naquele período US\$ 680,7 milhões de dívida externa; a interna é de Cz\$ 68,5 bilhões, incluindo títulos públicos estaduais.

Sem euforia

"As novas medidas econômicas não deverão provocar euforia", afirmou ontem, em Curitiba, o governador Alvaro Dias, que considera a antecipação de recursos de ICM e a rolagem da dívida dos Estados como "um socorro de emergência que adia, protela, o impasse financeiro de Estados e Municípios".

Para o governador, as medidas anunciadas pelo governo federal "oferecem aos Estados e Municípios a possibilidade de respirar melhor, financeiramente, mas isto está longe de solucionar o problema". Para ele, "solução, mesmo, só com a descentralização, através de uma reforma tributária que restabeleça o sistema federativo, hoje uma utopia".

Já na Bahia, tanto a prefeitura de Salvador quanto o governo do Estado gostaram do pacote econômico do governo federal, mas deixaram claro que ele apenas ajuda o fluxo de caixa, permitindo o pagamento do funcionalismo e a cobertura de alguns débitos já vencidos. Na opinião do secretário da Fazenda do Estado, Sérgio Gaudenzi, o importante, porém, é a rolagem da dívida e a solução definitiva que é a reforma tributária, desde que os governos estaduais comprometam-se a moralizar os gastos públicos.

O Estado da Bahia tem um débito de 45 bilhões de cruzados, cinco bilhões dos quais já vencidos e não pagos. Com isso, as linhas de financiamento estão fechadas.

O prefeito de Salvador, Mário Kertesz, presidente da Associação Brasileira dos Prefeitos das Capitais, aplaudiu as medidas e afirmou que as prefeituras vão recuperar parte do seu funcionalismo normal. Ressaltou, no entanto, que o novo programa econômico não elimina por completo a crise financeira nos municípios.

Pernambuco controla a sua situação financeira e tem conseguido pagar seus compromissos. Atualmente, sua dívida é de 9,5 bilhões de cruzados, sendo 2,5 bilhões da sua dívida externa, que vem sendo rolada na proporção de 75% pelo Banco do Brasil. Os serviços da dívida interna são pagos integralmente.

Para Flávio Lyra, embora sem déficits, Pernambuco está amarrado. Não tem condições de realizar programas na área social e nem de arcar integralmente com os serviços da dívida externa.

Por isso, de acordo com o secretário da Fazenda, a expectativa é de que o novo pacote de Sarney permita uma rolagem de 100% da dívida externa e de uma porcentagem significativa da dívida interna.

A maior dívida

A maior dívida de todos os Estados Brasileiros proporcionalmente. Esta é herança que o governador gaúcho, Pedro Simon (PMDB), lamentou receber, ao assumir o cargo a 15 de março. A dívida pública totalizava Cz\$ 111,482 bilhões dos quais Cz\$ 71,892 bilhões da administração indireta e Cz\$ 39,789 bilhões da administração direta. Em moeda estrangeira, as dívidas alcançavam Cz\$ 37,873 bilhões, sendo Cz\$ 35,180 bilhões contraídos pelas empresas da administração indireta. Tão dramático quanto a dimensão da dívida, afigura-se o seu perfil: nada menos de Cz\$ 62,557 bilhões — mais de 56% do total — já estão vencidos ou vencerão este ano.

Nos quatro anos de mandato do ex-governador Jair Soares, enquanto a arrecadação cresceu 3.232%, a dívida da administração direta elevou-se em 4.896% e a da indireta, 4.632%. Um estudo de técnicos da Secretaria da Fazenda advertiu que se não forem adotadas medidas urgentes e de profundidade, a dívida pública do Estado poderá duplicar em 1987.